



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE A 1ª INFÂNCIA – DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS – PEC Nº 34/2024

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025
(Da Sra. Deputada Federal Laura Carneiro)

Requer a realização de audiência pública na Comissão Especial sobre a 1ª Infância – Direitos e Garantias Constitucionais - PEC nº 34, de 2024, para debater desenvolvimento integral e políticas públicas: o desafio da intersetorialidade.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública na Comissão Especial sobre a 1ª Infância – Direitos e Garantias Constitucionais - PEC nº 34, de 2024, para debater desenvolvimento integral e políticas públicas: o desafio da intersetorialidade.

Nesse sentido, sugiro que sejam convidados os seguintes participantes:

- Sr. Camilo Sobreira de Santana, Ministro de Estado da Educação;
- Representante da Rede Nacional da primeira Infância (RNPI);
- Representante da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal;
- Representante do Unicef Brasil, e;
- Representante da Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente.

JUSTIFICATIVA

A realização da presente audiência pública tem por objetivo aprofundar o debate sobre o desenvolvimento integral da primeira infância e a importância da





CÂMARA DOS DEPUTADOS

intersetorialidade na formulação e implementação de políticas públicas voltadas a essa etapa crucial da vida. O tema é central para os trabalhos da Comissão Especial sobre a 1ª Infância – Direitos e Garantias Constitucionais, que analisa a Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2024, a qual busca fortalecer a proteção e a promoção dos direitos da criança na primeira infância como dever do Estado, da família e da sociedade.

A primeira infância — período que abrange os seis primeiros anos de vida, conforme o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016) — é reconhecida pela ciência como fase decisiva para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social do ser humano. Estudos de neurociência demonstram que mais de 90% das conexões cerebrais se formam até os cinco anos de idade, e que investimentos em políticas públicas nesse período geram retornos sociais e econômicos significativos, com impacto direto na redução das desigualdades e na construção de trajetórias de vida mais saudáveis e produtivas.

Entretanto, os desafios para assegurar o desenvolvimento integral das crianças exigem ações articuladas entre diferentes setores do poder público, como saúde, educação, assistência social, cultura e direitos humanos. Essa intersetorialidade, embora prevista em diversas políticas nacionais — como o Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI) e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) —, ainda enfrenta entraves de coordenação e integração institucional, especialmente nos níveis estadual e municipal.¹

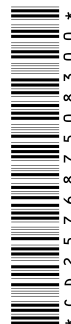
Dados do IBGE² (2023) e do Ipea³ (2024) apontam que cerca de 40% das crianças de até seis anos vivem em situação de pobreza, e mais de 700 mil ainda estão fora da educação infantil, o que evidencia lacunas na efetivação dos direitos fundamentais previstos no art. 227 da Constituição Federal. Esses indicadores reforçam a urgência de uma abordagem intersetorial capaz de garantir o acesso simultâneo a cuidados de saúde, educação de qualidade, nutrição adequada e ambientes familiares e comunitários protetores.

Diante desse cenário, a audiência pública proposta pretende reunir autoridades governamentais, organizações da sociedade civil e especialistas, a fim de discutir estratégias e modelos de governança intersetorial que possam orientar a implementação de políticas integradas para a primeira infância. A presença de

¹ Fonte: Rede Nacional Primeira Infância (RNPI). Plano Nacional pela Primeira Infância – Revisão 2023. Brasília: RNPI, 2023.

² Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Síntese de Indicadores Sociais 2023*.

³ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). *Retrato da Infância e Adolescência no Brasil 2024*.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

representantes do Ministério da Educação, da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, do Unicef Brasil e da Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente permitirá um diálogo técnico qualificado, capaz de subsidiar os debates da Comissão e aprimorar o texto da PEC nº 34/2024.

A consolidação de um marco constitucional robusto e integrado para a primeira infância é passo essencial para a efetividade dos direitos das crianças brasileiras, garantindo-lhes não apenas proteção, mas oportunidades reais de desenvolvimento integral desde os primeiros anos de vida.

Tendo em vista a grande relevância do tema e de seu elevado teor para sociedade é que contamos com o apoio dos nobres pares para sua devida aprovação.

Sala das Comissões, em 16 de outubro de 2025.

Deputada LAURA CARNEIRO

